



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO Nº 6 / 2018

SAIU DE CENA

O Ministro da Defesa Nacional (MDN) demitiu-se!

Poder-se-á dizer que era uma demissão aguardada em virtude do escândalo do roubo de Tancos e da forma como as armas roubadas foram *achadas*.

A tudo Azeredo Lopes dizia nada saber. De tantos ministros da defesa que passaram pelo ministério, Azeredo Lopes foi dos que menos soube sobre tudo.

O *achamento* das armas roubadas de Tancos foi o que precipitou a demissão. Diz-se.

Mas o título deste comunicado pode não se verificar, pois o ex-MDN terá que responder na comissão de inquérito sobre Tancos e aí terá que dar respostas claras e concretas.

Este assunto não pode ficar arrumado com a demissão de Azeredo Lopes.

A responsabilidade política está encontrada.

E a responsabilidade Militar?

E as Chefias Militares, passarão pelo intervalo da chuva neste caso, sem se molharem?

É necessário que tudo seja esclarecido, se apurem responsabilidades de forma peremptória, doa a quem doer. É importante retirar do mediatismo a panóplia de casos que se têm sucedendo nos últimos tempos e que têm vindo a denegrir a imagem da Instituição Militar.

É necessário, também, saber quem é que assaltou o paiol de Tancos com o, até agora, único suspeito e quem é que decidiu a *hollywoodesca* manobra do *achamento* das armas roubadas?

Tudo isto que se passou é demasiado grave para se invocar o interesse nacional.

As Associações Profissionais de Militares têm sido ao longo dos anos acusadas de pôr em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

Perante tais escândalos, a Associação de Praças pergunta:

Quem é que coloca a Instituição Forças Armadas nas ruas da amargura?

Quem é que patrocina o descrédito que as Forças Armadas têm em franjas da nossa sociedade?

Quem é que coloca em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas?

Camaradas, a Associação de Praças sempre pugnou pela verdade e pela defesa dos direitos da Classe.

A Associação de Praças sempre defendeu, de forma categórica e indesmentível, a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

A Associação de Praças não se revê em nenhuma destas situações, que levaram as Forças Armadas a serem tão mal faladas. Quase a cair no ridículo.

Tem que haver responsáveis por tamanho descrédito.

E agora?

Agora foi nomeado um novo Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, que tomará posse amanhã.



ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir



COMUNICADO Nº 6 / 2018

Mais importante que a pessoa é a política definida pelo actual governo para a Defesa Nacional e que não tem sido capaz de responder aos problemas que se têm colocado.

É urgente repor direitos e a salvaguarda da Condição Militar.

Condição militar que implica estar sujeito a um conjunto alargado de deveres (subordinação ao interesse nacional, disponibilidade permanente, obediência hierárquica, a sujeição à ética militar, o cumprimento de um exigente regulamento de disciplina militar e inclusive se necessário, o sacrifício da própria vida).

Nesse pressuposto se aos militares é reconhecida uma especial condição, de grande exigência, deverão estes ter um reconhecimento efetivo na dignificação da especificidade militar, através da consagração de especiais direitos e compensações, nomeadamente no campo social, sanitário, remuneratório e do exercício da profissão, aliás como a Lei determina.

Porém constata-se que nos últimos anos, entraram em vigor medidas legislativas que conduziram a uma efetiva degradação do quadro de apoio social aos militares das Forças Armadas, designadamente, no que diz respeito aos regimes específicos em matérias do tempo de serviço e das condições de passagem à reserva e reforma, bem como, aos especiais direitos, compensações e regalias nos campos da Assistência na Doença (ADM), da Ação Social Complementar (ASC promovida através do IASFA), do Hospital das Forças Armadas (HFAR) e da Segurança Social.

Aguarda-se ainda o descongelamento das carreiras, nomeadamente o cumprimento do artigo 19º do Orçamento do Estado por parte dos responsáveis políticos, no sentido de promoverem o processo negocial com as associações militares.

Por último o facto das Associações Profissionais de Militares (APM), serem confrontadas na prática, perante a realidade de a generalidade dos governos, não darem fiel cumprimento à lei, designadamente no que diz respeito ao direito que as APM têm de integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho. Significando desta forma que as reformas implementadas estão a ser feitas ao arrepio da lei, decidindo de forma unilateral, alterações sobre matérias socioprofissionais, sem consultar as estruturas representativas dos militares, regra elementar do Estado de Direito Democrático.

Queremos acreditar que a ausência desta prática possa ser mudada. A lei é para ser cumprida.

Numa altura em que o Orçamento de Estado para 2019 se prepara para ser entregue, discutido e negociado e porque o tempo não nos permite dar tréguas à resolução dos problemas que afetam a classe, durante a próxima semana a Associação de Praças irá pedir uma audiência com o novo Ministro da Defesa Nacional.

"QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!"

A Direção

Lisboa, 14 de outubro de 2018